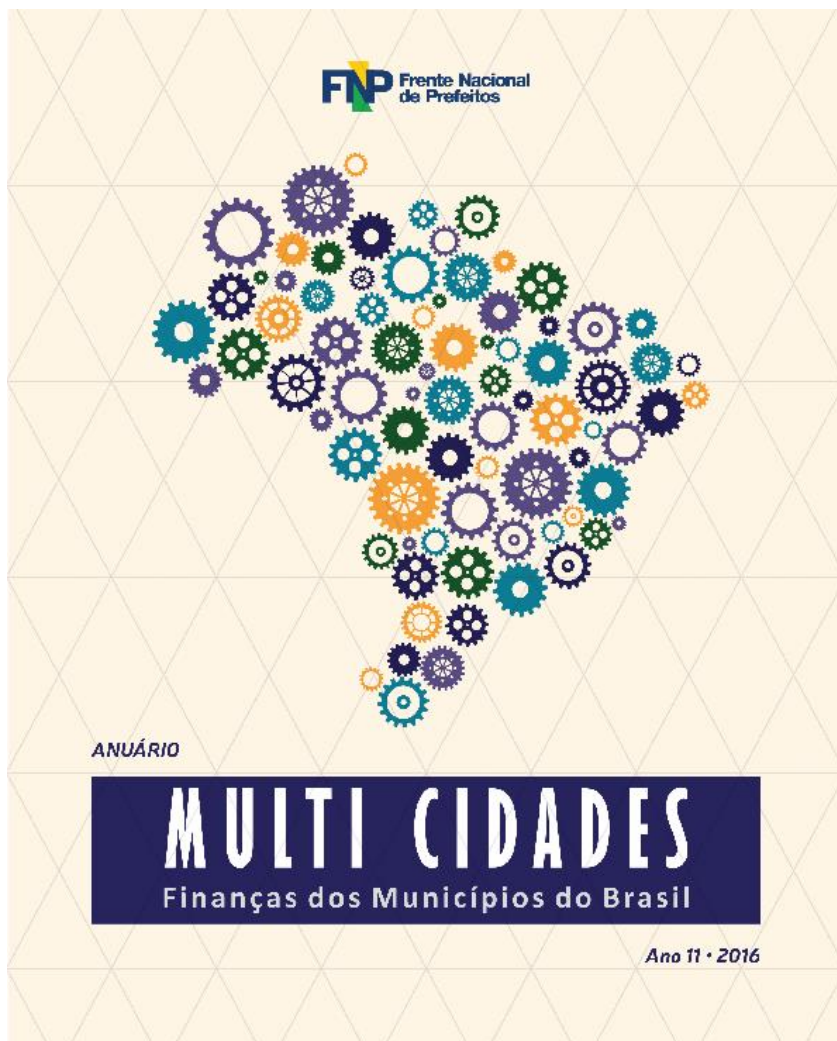




FNP Frente
Nacional
de Prefeitos





- Contribui com o debate sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil
- Divulga e dá transparência às contas públicas
- Auxilia no aprimoramento da gestão pública
- Fomenta as discussões sobre o pacto federativo



Conteúdo do anuário

- Panorama das finanças públicas municipais até 2014 e balanço estimado sobre 2015
- Análise da distribuição dos recursos na federação
- Análises regionais, por faixa populacional e indicadores per capita das principais receitas e despesas municipais
- Tabelas com evolução histórica e indicadores das principais receitas e despesas de 106 municípios selecionados
- Rankings dos 100 maiores do país, por valores absolutos e per capita
- Texto analítico acompanhado de gráficos

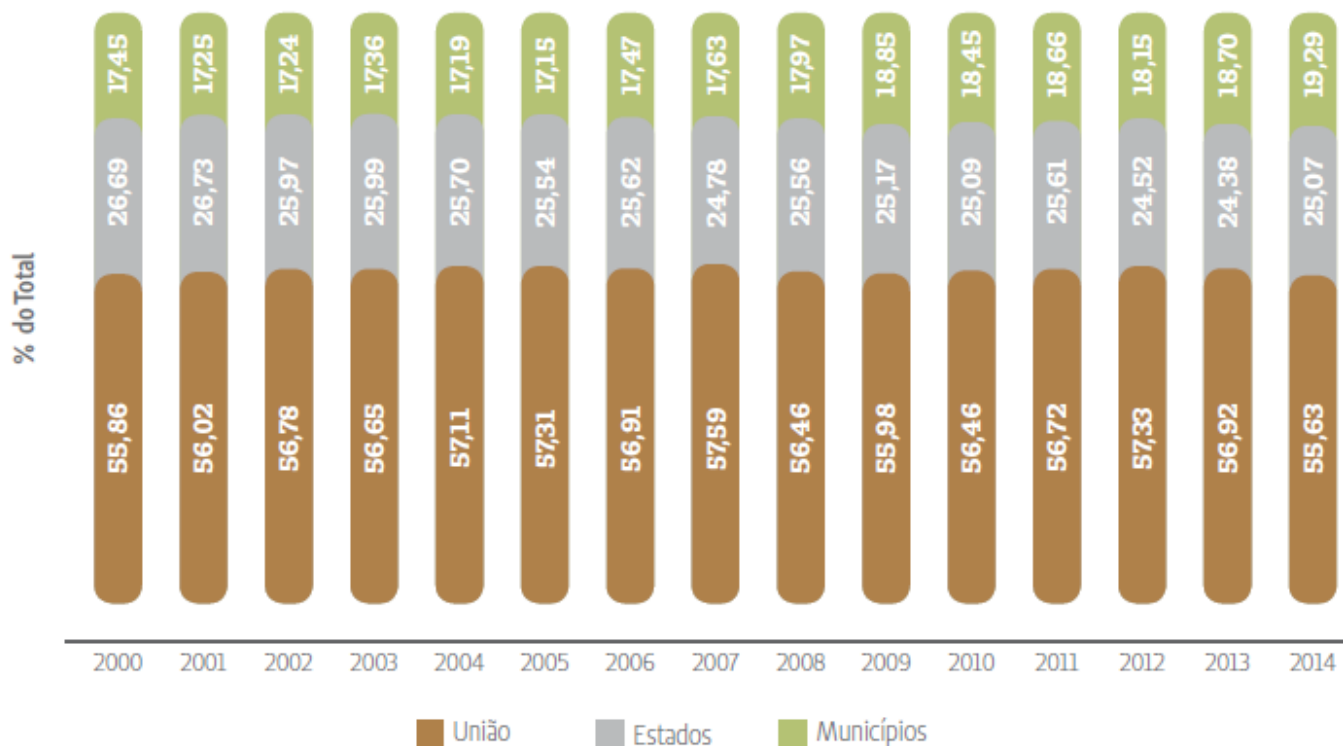
Os dados são corrigidos da inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE (utilizado índice médio anual).

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Receita Federal do Brasil (RFB), Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).



Divisão de recursos na Federação

Receita disponível por esfera de governo - 2000/2014



Receita disponível = volume de recursos (incluída arrecadação direta e transferências intergovernamentais)

Divisão de recursos na Federação

Em 2014 cresceu a receita disponível dos municípios em 2,61% e a dos estados em 2,24%.



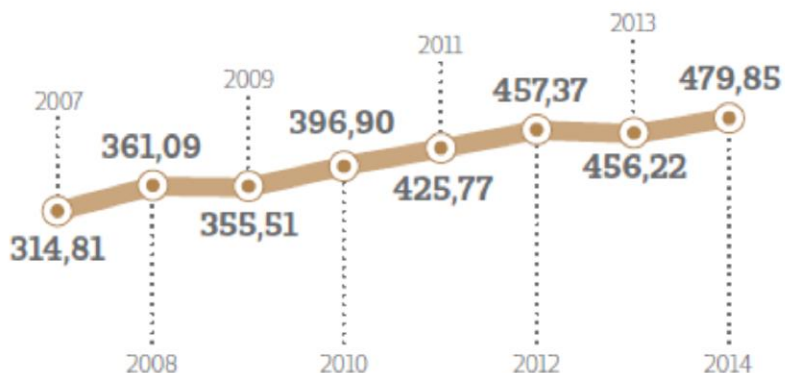
O aumento da fatia dos municípios e estados **não significou um aumento relevante das receitas**, pois houve um encolhimento da carga tributária.

As desonerações tributárias promovidas pelo governo central provocaram o encolhimento da carga tributária (que passou de 34,75% do PIB, em 2013, para 34,32% do PIB, em 2014) e fizeram cair a sua participação na receita disponível do setor público para 55,63%, o nível mais baixo desde 1991.

Além disso, houve um maior esforço fiscal dos municípios em 2014, fazendo com que a carga tributária municipal crescesse 0,07% do PIB.

Receitas

Evolução do receita total
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2014



Taxa de crescimento da receita total
em relação ao ano anterior



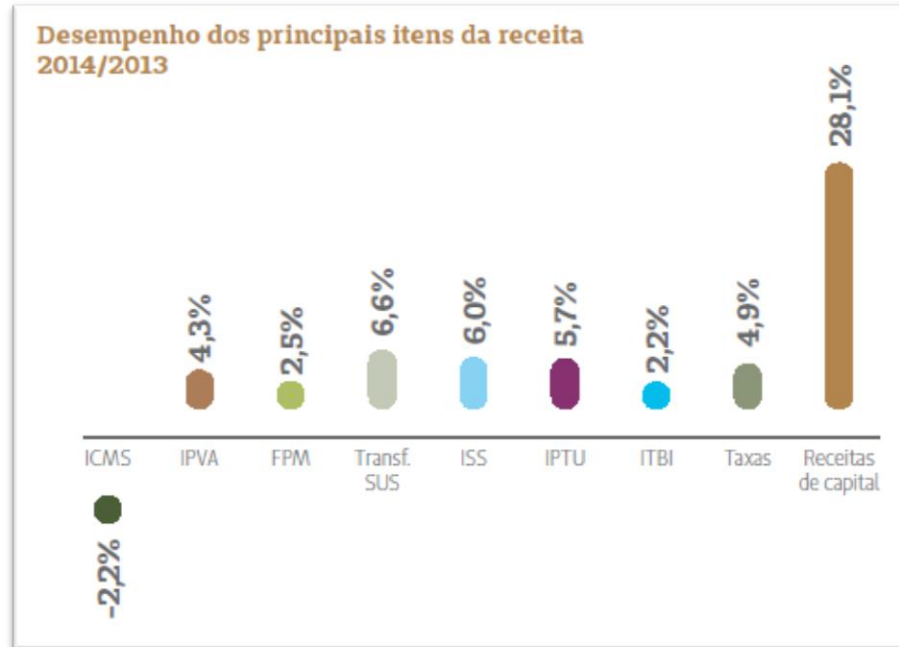
2014

Crescimento de 5,2% na receita total, porém, aumento se deu sobre uma base fraca que foi o ano de 2013, quando houve queda de 0,3%.

2015

Receita terá queda devido à retração das principais transferências, dos tributos próprios e das receitas de capital.

Receitas

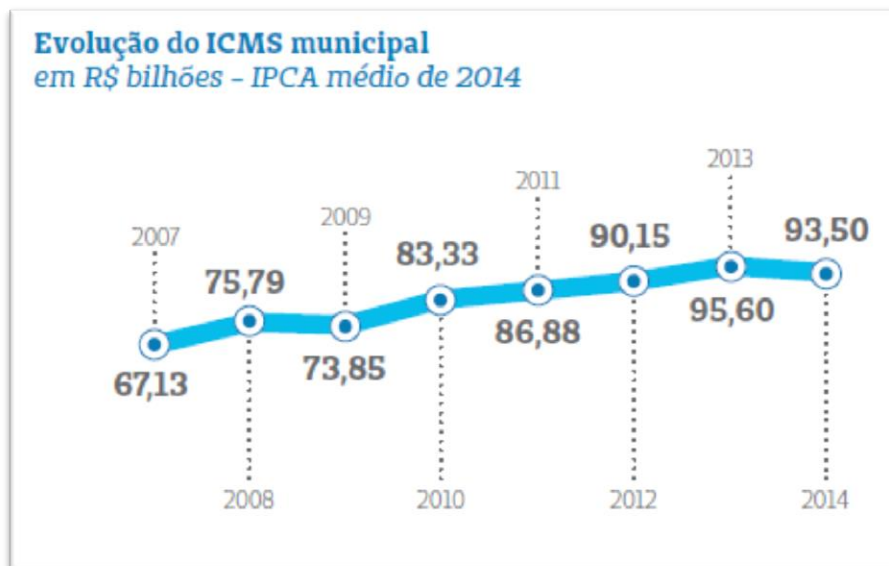


Receitas correntes de 2014 = R\$ 459,04 bilhões → 4,2%

Receitas de capital de 2014 = R\$ 20,92 bilhões → 28,1%

ICMS

- **ICMS em 2014** – único item a registrar queda. Causas gerais:
 - PIB estagnado com expansão de apenas 0,1%.
 - Queda nas importações (-1%) e exportações (-1,1%) de bens e serviços medidas pelo PIB.
 - Déficit primário das três esferas de governo atingiu 0,6% do PIB, afetando negativamente a confiança das empresas e dos consumidores .



ICMS

ICMS em 2015 – A arrecadação do ICMS de 17 estados caiu **5,6%** em 2015, em relação a 2014. Em 17 capitais a queda foi de **7,9%**. Causas gerais:

- Queda da atividade econômica: PIB de -3,8% em 2015 (IBGE).
- Inflação medida pelo IPCA de 10,67%.
- O desemprego chegou à 9% no trimestre encerrado em novembro de 2015.
- Déficit primário das três esferas de governo bateu recorde de R\$ 111,25 bilhões, ou 1,88% do PIB.
- Confiança dos empresários e dos consumidores colapsou e o Brasil perdeu o grau de investimento em duas agências de risco, a Standard & Poor's e a Fitch.



Tributos municipais

- **Tributos municipais** tiveram excelente desempenho diante da piora do cenário econômico em 2014 → 6,3%
 - **ISS** – maior aumento dentre os tributos municipais, de 6% em 2014. Resultou em R\$ 2,89 bi a mais para os municípios.

Principal fator de aumento do ISS foram as medidas tomadas pelas prefeituras, uma vez que o setor de serviços cresceu apenas 0,7%, em 2014, pior desempenho desde 1996. Exemplos:

- programas de devolução aos consumidores de um percentual do tributo pago para incentivar a emissão de notas fiscais pelos prestadores de serviços
- Programas de Parcelamento Incentivado (PPIs) para os devedores
- Investimentos na fiscalização e na gestão



Tributos Municipais

Tributos municipais em 2015

- **ISS** – retração de 3,8% na arrecadação da amostra de 17 capitais. É possível que, em 2015, o ISS do conjunto dos municípios brasileiros registre sua 1ª queda em 12 anos.
- **ITBI** - contração real de 5,8% na receita de ITBI. Excluídos os valores de São Paulo, pois houve crescimento em sua arrecadação devido à aumento de alíquota, a queda foi ainda pior, de 14%, devido à recessão e à perda de dinamismo do mercado imobiliário.
- **IPTU** - poderá registrar recuo de arrecadação devido ao aumento da inadimplência relacionado ao cenário de crescente desemprego e de queda na renda das famílias. As exceções serão as cidades que tiverem investido na atualização da base cadastral do IPTU, na planta genérica de valores e/ou nas alíquotas.



FPM

FPM – 2014

- A taxa de crescimento real de 2,5% não foi muito expressiva, porém superou as registradas em 2013 e 2012.
- Alcançou R\$ 80,06 bilhões, em 2014, R\$ 1,94 bilhão a mais que no ano anterior. Este acréscimo foi menor que o obtido pelo aumento do ISS.
- Desempenho atrelado à arrecadação líquida do IR (2,5%) e do IPI (2,3%), que cresceram um pouco devido à diminuição das deduções, aos incentivos fiscais e às restituições.

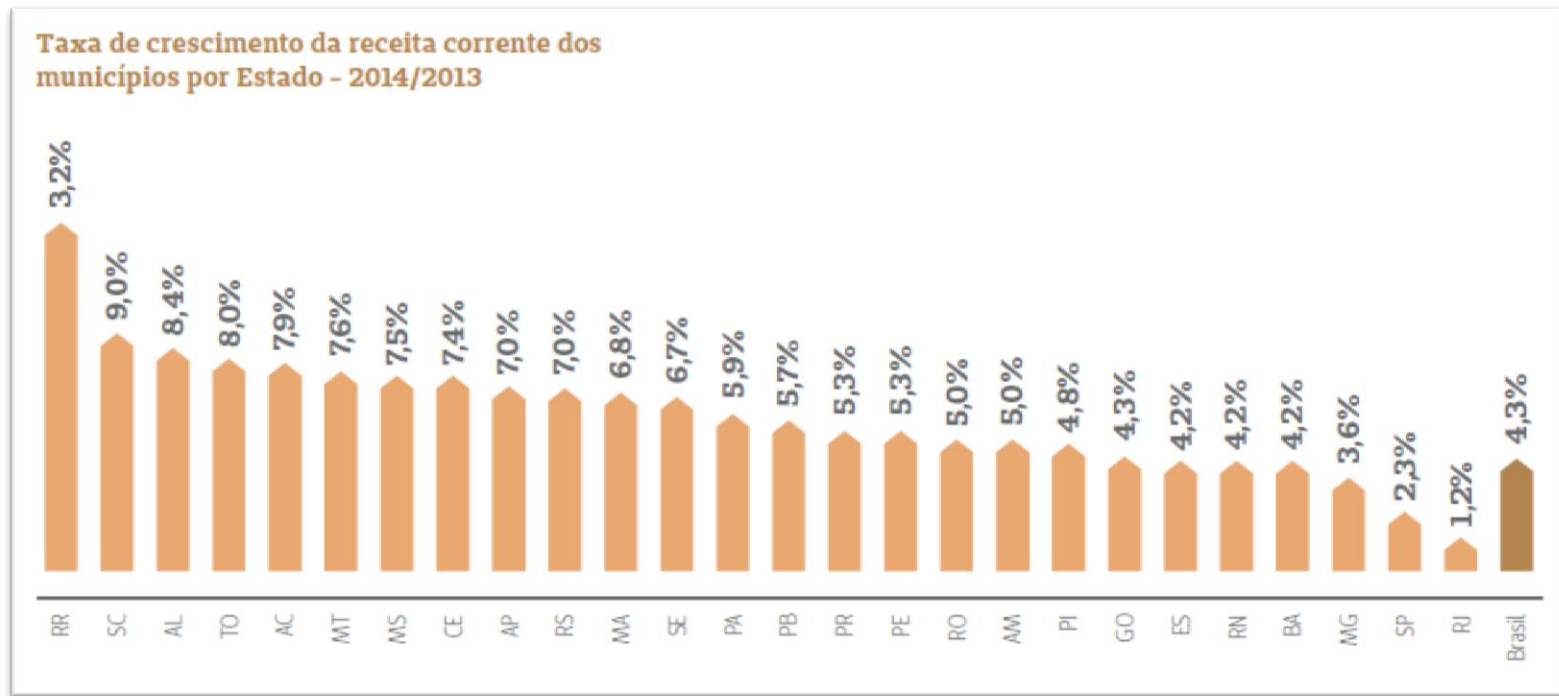
FPM – 2015

- **queda de 2,2%**, fruto da menor arrecadação dos impostos federais. Só não foi pior devido ao repasse adicional de 0,5% (EC nº 84/2014). Em julho de 2015, os municípios brasileiros receberam o adicional de R\$ 946,1 milhões. Sem esse aporte, o fundo teria apresentado queda real de 3,6%, nesse período.



Municípios por Estado

Os municípios da região Sudeste foram os mais afetados pelo arrefecimento da economia no ano de 2014.



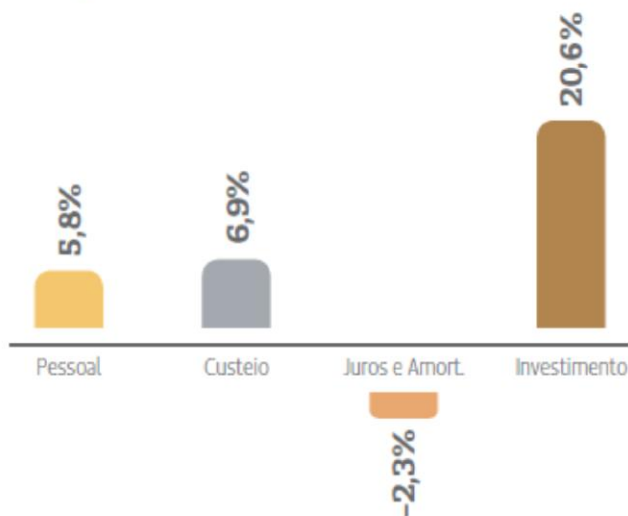
Despesas

Despesa ➡ 7,4% R\$ 482,40 bi

Receita ➡ 5,2% R\$ 479,85 bi

Despesa cresceu mais que a receita em 2014

Taxa de crescimento dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2014/2013



Aumentos em termos absolutos:

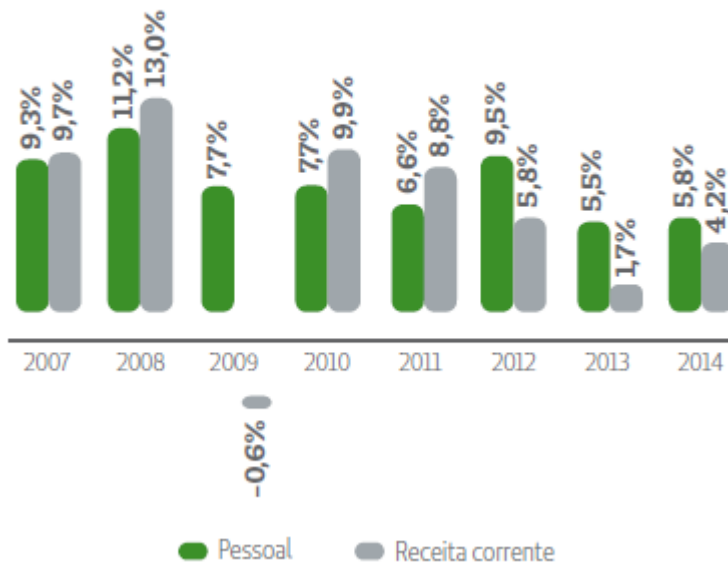
- o maior aumento foi no **custeio**, com acréscimo de R\$ 12,59 bi.
- com Pessoal foram mais R\$ 12,27 bi
- com Investimentos, mais R\$ 8,42 bi
- Juros e amortizações da dívida foram reduzidos em R\$ 298,8 milhões



Pessoal

Pessoal = R\$ 224,2 bi

Taxa de crescimento da despesa com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



Pelo terceiro ano consecutivo, o ritmo da expansão da despesa com pessoal superou o das receitas correntes.

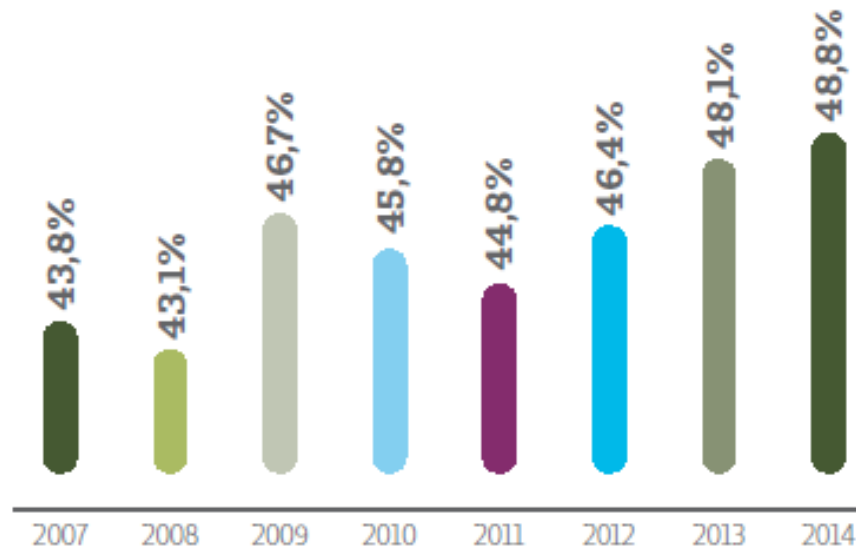
Causas do aumento:

- Crescimento vegetativo da folha de pagamentos.
- Aumento do piso salarial dos profissionais do magistério, instituído em 2008 pela Lei nº 11.738.
- Valorização do salário mínimo nacional.
- Aumento no número de servidores.

Pessoal

Assim, aumentou-se o comprometimento da receita corrente com a despesa de pessoal.

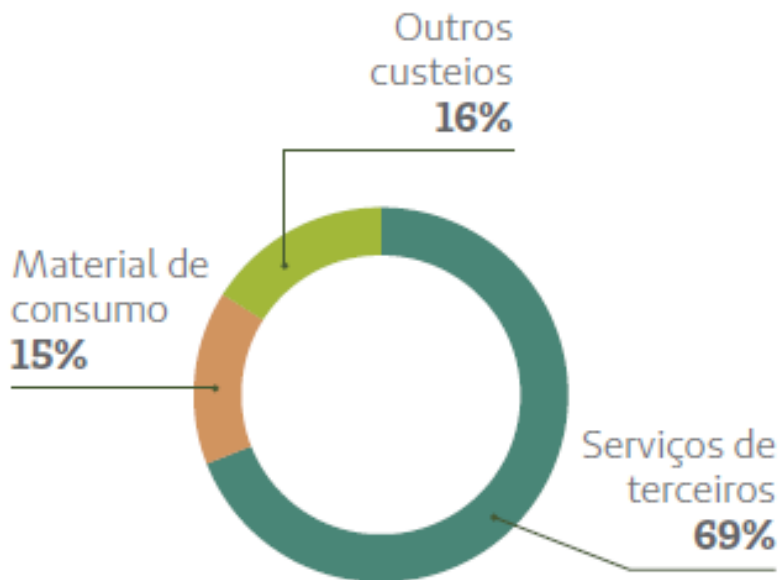
Comprometimento da receita corrente com gasto com pessoal



Obs.: aqui, a receita corrente não é a RCL (receita corrente líquida), porém é um valor bem próximo.

Custeio

Composição da despesa
com custeio - 2014



Custeio = R\$ 195,90 bi

Crescimento de 6,9% dos custeios também ficou acima do aumento da receita corrente de 4,2%

Os serviços de terceiros representam a maior parte dos custeios e foi o item que mais aumentou, com 7,8%.

Investimentos

Despesa com investimentos
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2014



Investimentos cresceram 20,6%, porém não superaram o valor investido em 2012.

O aumento nas transferências de capital, principalmente aquelas provenientes dos estados, impulsionaram os investimentos em 2014, sobretudo nas cidades de menor porte populacional, que são mais dependentes dessa fonte de recursos.

Saúde

Despesa municipal com saúde em 2014 = R\$ 117,75 bi → 6%

- **60,6%** ou R\$ 71,30 bi são recursos próprios dos municípios
- **39,4%** ou R\$ 46,45 bi são repasses recebidos dos governos Federal e estaduais

Fatores que explicam os crescentes gastos com saúde:

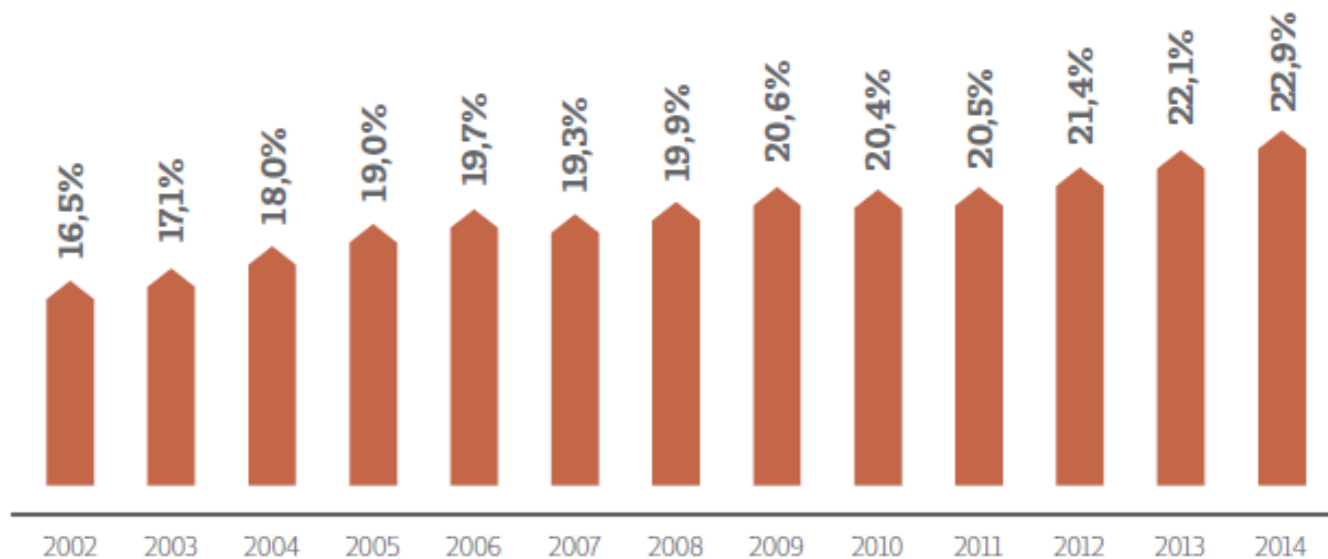
- **universalização e a municipalização** da saúde
- **aumento da demanda** também por serviços de saúde de média e alta complexidade
- **judicialização da saúde**: crescente recurso à justiça por cidadãos que exigem atendimento e/ou medicamento não acessível a curto prazo
- **regionalização da saúde**: apesar de estar num estágio incipiente de organização, o processo vem exigindo esforços dos municípios quanto a investimentos na estruturação da gestão, com capacitação adequada de pessoal e de infraestrutura para o planejamento e construção das Redes de Atenção à Saúde (RAS)



Saúde

Municípios gastam **22,9%** das receitas vinculadas com saúde, enquanto que o mínimo exigido por lei é de 15%. Ou seja, gastam 53% acima do exigido.

Evolução da aplicação dos recursos vinculados da saúde dos municípios - EC nº 29 e LC nº 141/2012



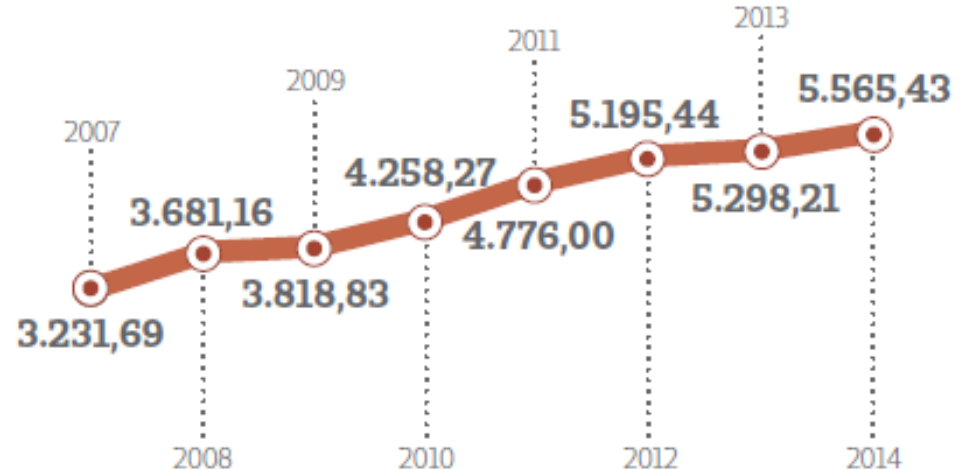
Educação

Despesa municipal com educação em 2014 = R\$ 128,50 bi → 4,5%

Educação por aluno = R\$ 5.565,43 → 5%

O gasto dos municípios por aluno tem aumentado, sistematicamente, nos últimos 10 anos, acima da taxa de crescimento da despesa com educação, o que se deve à diminuição no total de matrículas da rede municipal de ensino.

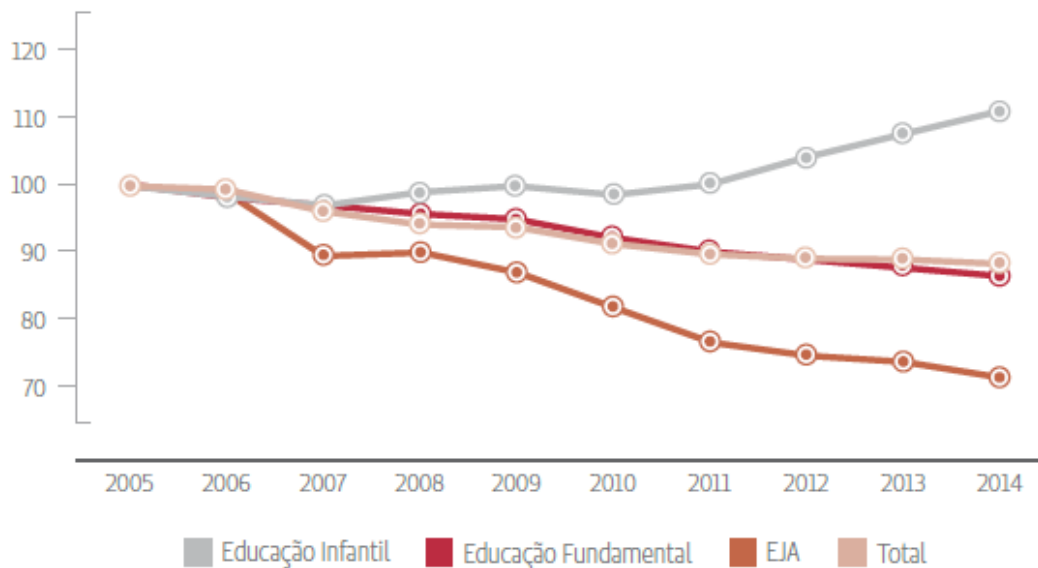
Evolução da despesa com educação por aluno em R\$ - IPCA médio de 2014



Educação

Universalização do ensino infantil exigirá maiores gastos dos municípios.

Evolução das matrículas da rede municipal de ensino
ano-base 2005 = 100



Apesar da queda no total de matrículas, há um **aumento significativo no número de matrículas na educação infantil**

Tendência de aumento ainda maior nos gastos com educação municipal nos próximos anos devido à exigência legal para a universalização da educação infantil.



Compara Brasil

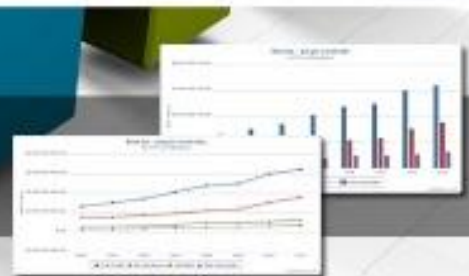
www.comparabrasil.com

Compara
Brasil

municípios capitais estados União Simples Nacional

login | cadastro

Faça **gráficos** definindo seus próprios parâmetros de forma **simples e rápida**.



FNP Frente Nacional de Prefeitos

Pensar além da sua cidade, para melhorar a sua cidade.

Aequus Consultoria

20 anos divulgando as contas públicas dos municípios brasileiros.



**Finanças
municípios**

Aqui você encontra dados anuais das receitas e despesas de cada uma das cidades brasileiras. Escolha os itens que deseja analisar, o período e você já está escolhendo o IPCA. Consulte Anexo para explicar valores. Você pode comparar qualquer grupo de cidades que quiser. Muito rápido, com uma interface e exportação também em gráficos.

ver mais

**Finanças
capitais**

Para as capitais estão disponíveis dados anuais e bimestrais. Além de consultar as receitas e despesas, você conta com módulos adicionais para averiguar os itens que compõem a receita corrente líquida, assim como para obter dados do gasto com pessoal, seus limites e a composição do endividamento de curto e longo prazo das capitais.

ver mais

**Finanças
estados**

Para os estados estão disponíveis dados anuais e bimestrais. Além das receitas e despesas, você conta com o módulo adicional de previdência para os estados. Veja e compare as previdências dos estados.

ver mais

**Finanças
e União**

Aqui você pode ver a arrecadação federal por Estado, nos períodos anual, mensal e mensal acumulado. A consulta pode ser feita por Estado ou por item da receita federal. Assim como para os municípios, capitais e estados, os valores podem ser consultados ou comparados pelo IPCA. Experimente também fazer mapas locais.

ver mais

**Simplex
Nacional**

Veja aqui a arrecadação do Simplex Nacional por cada município e Estado. Você poderá gerar planilhas com valores do ISS total, do ISS recolhido pelo Simplex Nacional, do número de acessos ao sistema e comparar os municípios. Da mesma forma poderá consultar o ICMS total e o ICMS do Simplex Nacional para cada estado, em períodos definidos por você.

ver mais

Compara Brasil

Finanças dos municípios - Dados anuais das receitas e despesas das cidades brasileiras. Possibilidade de comparar grupos de cidades, identificar rankings, construir mapas fiscais e fazer gráficos. *Dados atualizados até 2014.*

Finanças das capitais - Estão disponíveis dados anuais e bimestrais, também contem módulos exclusivos para averiguar itens que compõem a receita corrente líquida, gasto com pessoal, limites e composição do endividamento de curto e longo prazos. *Dados atualizados até 4º Bim./2015.*

Finanças dos estados - Disponíveis dados anuais e bimestrais, além das receitas e despesas, receita corrente líquida, gasto com pessoal e endividamento e um módulo sobre previdência. *Dados atualizados até 4º Bim./2015.*

Finanças da União – Dados sobre arrecadação federal por Estado, por ano, mês e mensal acumulado. Possibilidade de fazer mapas fiscais. *Dados atualizados até janeiro de 2016.*

Os valores podem ser correntes ou corrigidos pelo IPCA



Captação

Anuário Multi Cidades – Ano XII

março/16 - Envio de ofícios com valores de cotas para possíveis apoiadores

Agosto/16 – Fechamento da edição XVII

novembro/16 – Lançamento do anuário durante a 70ª Reunião Geral da FNP



Brasília, DF, 01 de abril de 2016.

Ofício 432/2016

A Sua Excelência o Senhor
Sebastião Almeida
Prefeito de Guarulhos/SP
Vice-presidente de São Paulo da FNP

Assunto: Anuário Multi Cidades 2016.

Senhor Prefeito:

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com intuito de disponibilizar um instrumento de análise e transparência das contas municipais e oferecer conteúdo relevante sobre finanças públicas aos prefeitos e gestores públicos em geral, firmou, desde 2009, parceria com a Aequus Consultoria para a publicação do Anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil.

A publicação reúne e organiza informações sobre os municípios brasileiros, como receitas, despesas, indicadores financeiros e orçamentários. São dados oficiais fornecidos pelos municípios à Secretaria do Tesouro Nacional. Além de séries históricas, o anuário classifica os 100 principais municípios nos seus indicadores disponíveis, em valores absolutos e per capita.

Consolidado e respeitado entre os gestores públicos, o anuário Multi Cidades tornou-se indispensável instrumento de consulta para a construção e execução de um planejamento orçamentário eficaz. Além disso, os dados do anuário têm grande apelo midiático, o que garante repercussão tanto na mídia nacional como local e regional.

A publicação é distribuída gratuitamente aos poderes públicos dos três níveis de governo, sobretudo às administrações municipais, e tem tiragem de 10 mil exemplares. As edições anteriores estão disponíveis em <http://www.fnp.org.br/publicacoes/af>.

SRTV's, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF – CEP, 70340-910 – Fone (61) 3044-9900
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br

- Oportunidade de fala de representante da instituição no lançamento da Multi Cidades, assim como exposição da marca nos Banners;
- Meia página em uma edição do Jornal FNP.

No caso de interesse, solicitamos a gentileza de entrar em contato com o Sr. Marcelo Laitano, até o dia 15/08 pelo endereço marcelo.laitano@fnp.org.br ou pelos telefones (61) 3044-9802 / (61) 9641-0254.

Atenciosamente,

MARCIO LACERDA
Prefeito de Belo Horizonte (MG)
Presidente da FNP

JOSE FORTUNATI
Prefeito de Porto Alegre (RS)
Vice-Presidente FNP para Relações Institucionais

SRTV's, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF – CEP, 70340-910 – Fone (61) 3044-9900
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br



Os espaços de divulgação de marca no Anuário Multi Cidades e contrapartidas serão oportunizados a partir da cota adquirida, nas seguintes opções:

COTA A - R\$ 80.000,00
COTA B - R\$ 60.000,00
COTA C - R\$ 40.000,00
COTA D - R\$ 20.000,00
COTA E - R\$ 10.000,00
COTA F - R\$ 7.000,00
COTA G - R\$ 5.000,00

Como contrapartida a publicação oferece:

- Registro do nome da instituição em todos os releases e matérias jornalísticas redigidas pela FNP a respeito da publicação Multi Cidades;
- Aplicação da logomarca da instituição em pontos de destaque na publicação Multi Cidades;

SRTV's, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF – CEP, 70340-910 – Fone (61) 3044-9900
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br

Outras informações:

marcelo.laitano@fnp.org.br – (61) 3044.9802

Realização:



Elaboração:



Apoio especial:



Apoio:

